

28/4/98 A-15  
ECAR 0011

MEIO AMBIENTE

# Medir "PIB verde" pode ser inviável

Os conceitos ambientais e termos econômicos conhecidos são difíceis de conciliar

The Economist

Há muito tempo os ambientalistas se mostram insatisfeitos com o modo como os governos medem a renda e a saúde. Os números do PIB, segundo eles, não servem para avaliar os bens ambientais de um país, como os belos parques públicos, por exemplo. Esses números tratam o uso do capital natural diferentemente do capital manufaturado: um país que exaure seu estoque de equipamentos de produção fica mais pobre, enquanto aquele que derruba florestas fica mais rico. Além disso, os custos do saneamento dos danos ambientais são vistos como contribuição à renda nacional sem que, primeiro, se subtraia a perda ambiental causada pela devastação.

A resposta parece ser óbvia: um ajuste das contas nacionais de modo a se considerar as mudanças no meio ambiente. Há mais de uma década, os estatísticos vêm procurando encontrar maneiras de realizar esses cálculos. Em 1993, os Estados Unidos, cujo Sistema Nacional de Contas fornece uma base padrão para os países registrarem mudanças em renda, gastos e saúde, publicaram as diretrizes para as contas "satélites" — ou separadas —, as quais procuram integrar medidas ambientais e econômicas. Muitos ambientalistas vão além e propõem uma única medida para calcular o

efeito do dano ambiental no crescimento econômico. Cada vez mais, contudo, os estatísticos vêm descobrindo que a bela proposta de um "PIB verde" é inatingível.

São realmente imensas as dificuldades de se criar uma estatística ambiental comparável à renda nacional e às estatísticas da área de saúde. O PIB é calculado em dinheiro, mas a tentativa de dar valores monetários aos bens ambientais é magia negra. Alguns bens, como a madeira, podem ter valor de mercado, mas esse valor não abrange o papel da árvore como hospedeira de besouros raros, digamos, ou como dona de uma beleza exuberante. Os métodos para a avaliação desses benefícios são controversos. Para contornar o problema, as diretrizes americanas sugerem que se meça o custo da reparação do estrago ao ambiente. Mas alguns tipos de dano, como a extinção, fogem ao custeamento. Outros são difíceis de se avaliar.

Para os economistas, o valor médio de um bem ou serviço é geralmente menos importante do que o valor marginal — o custo ou benefício de mais de uma unidade. O valor marginal, contudo, é um conceito difícil

de ser incluído na análise ambiental. Parece claro que o custo do extermínio de toda uma espécie de besouro é alta, mas que valor deveria ser agregado à matança de umas poucas centenas de besouros?

A correspondência entre conceitos ambientais e termos econômicos acarreta outras dificuldades. A geografia pesa de modo diferente: uma tonelada de dióxido de enxofre emitido em uma cidade grande pode causar mais danos do que a mesma tonelada emitida em uma

área rural, ao passo que uma produção equivalente a um dólar é a mesma em todo lugar. E a exploração de recursos naturais nem sempre implica custos. Um país está esgotando seus recur-

sos se extrair uma tonelada de carvão? Sem outras variáveis, a exploração dessa tonelada pode aumentar o valor do mineral ainda não extraído sob a terra, mantendo o valor dos ativos de carvão inalterado.

Além desses problemas conceituais, Steven Keuning, chefe do departamento nacional de contabilidade holandês, afirma que toda a tentativa de agregar valores monetários a bens e déficits ambientais é um pouco absurda. A razão é que, se o meio ambiente pudesse ser avaliado segundo os critérios dos estatísticos, as pessoas teriam agido de outra forma. Segundo Keuning, o exercício avaliativo pressupõe uma situação que nunca pôde ter existido.

Em face dessas objeções, os estatísticos estatais da Europa e do Canadá se concentraram em uma nova abordagem, advogada por Keuning e pela Eurostat, o setor de estatística da União Européia. A idéia é relacionar a atividade econômica, medida em termos monetários, a magnitudes ambientais calculadas em unidades físicas. As contas procuram mostrar, por exemplo, quantas toneladas de dióxido de carbono são emitidas por quais setores da economia, e como essas quantidades estão mudando. Essa abordagem descreve a relação entre a

economia e o meio ambiente, mas não usa números econômicos para avaliar a degradação dos ativos ambientais. Por isso, ela não responde aos anseios dos ambientalistas, que defendem uma medida que possa mudar o modo como os governos encaram o crescimento econômico.

O debate acerca dos méritos das duas abordagens deve acabar no final de maio, na reunião do chamado Grupo Londrino, que reúne estatísticos estatais com interesse no meio ambiente. O lobby pela criação de medidas ambientais separadas, que evitam avaliações monetárias, é apoiado pelas copiosas verbas para pesquisa do Eurostat e pelas impressionante eloquência de Keuning. O lobby do PIB verde tem sede no Banco Mundial e recebe seu maior apoio dos países em desenvolvimento e dos ambientalistas.

Alguns estatísticos, como Anne Harrison, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), propõem um meio termo que pelo menos procure agregar valores monetários ao tábular a exaustão de recursos naturais, embora admitam que a degradação possa ser quase impossível de se descrever financeiramente. Segundo essa escola, os estatísticos devem continuar a avaliar o que puderem; mas talvez tenham de aceitar que a degradação (a perda de ar puro ou de belos cenários, por exemplo) não pode ser incluída nas contas nacionais.

Os verdes podem ficar desapontados com o resultado dos cálculos. O custo do dano ambiental em países saudáveis talvez não seja muito grande: a produção anual da Grã-Bretanha, de cerca de 160 milhões de toneladas de carbono, está avaliada entre US\$ 16 e US\$ 48 a tonelada, e US\$ 2,68 e US\$ 8,03 bilhões é algo modesto comparado com a atividade econômica total. Além disso, muitos tipos de danos ambientais diminuiram à medida que a riqueza cresceu. Aqueles que pensam que o PIB verde pode crescer mais lentamente do que o tipo velho e sujo cultuado pelos políticos podem ter uma bela surpresa.

**Não há como custear alguns tipos de danos ambientais, como a extinção de espécies**